

INTRODUÇÃO

O mundo tem sido levado a repensar, agora com mais intensidade, as correlações que regem questões ligadas à energia, desenvolvimento e sustentabilidade. Essa afirmação baseia-se, além de várias outras situações ocorridas anteriormente, nas recentes tragédias no Golfo do México e Japão e na discussão nacional sobre exploração do petróleo no pré-sal.

A tecnologia do petróleo é de alto investimento e vem sendo melhorada constantemente, assim como a tecnologia da energia nuclear, que é de alto padrão tecnológico e com protocolos de segurança dos mais rigorosos.

Contudo, a grande exigência por energia para suportar a mudança do padrão de vida no mundo tem levado a exploração dessas matrizes energéticas a patamares cada vez mais arriscados, visto que os perigos de acidentes na exploração do petróleo são tão maiores quanto à profundidade de exploração e a distância da costa. Também no caso da energia nuclear, quanto mais usinas, maior o risco de acidentes importantes.

Os acontecimentos no Japão demonstram que estruturas extremamente seguras e normas eficientes de proteção da população e do meio-ambiente não são o bastante para evitar danos gravíssimos. Na matriz nuclear ainda existe agravante quanto ao armazenamento dos resíduos no processo de obtenção da energia.

Outro fato a considerar foi o derramamento de milhões de litros de petróleo no ecossistema marinho da região do Golfo do México, onde o mundo observou uma das gigantes mundiais na exploração de petróleo passar por diversos fracassos durante quase três meses até conseguir estancar o vazamento.

No Brasil a exploração de petróleo na camada pré-sal é considerada de alto risco, visto a grande profundidade e distância da costa Brasileira. É fato que a Petrobras está entre as melhores e mais preparadas do mundo na exploração de petróleo e controle de acidentes, porém nenhuma tecnologia é infalível.

Neste trabalho não há pretensão de condenar a utilização de tais matrizes (petróleo e energia nuclear) como vilãs da humanidade, pois definitivamente não o são, ao contrário, essas fontes energéticas são grandes colaboradoras para o alcance do atual status de desenvolvimento da sociedade. A própria melhoria na expectativa de vida e saúde humana comprova o aumento na qualidade de vida da sociedade mundial na atualidade.

O crescimento da população mundial em quantidade e em necessidades, o gradual esgotamento das reservas de combustíveis fósseis, a necessidade de preservação ambiental e redução das desigualdades sociais, desembocam na mudança do paradigma energético da sociedade. Cria-se a necessidade de explorar os recursos naturais de forma sustentável e, conseqüentemente utilizar fontes sustentáveis de energia.

Desta forma e neste contexto, foi concebido, em meados de 2003, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). A Portaria nº. 720, de 30 de outubro de 2002 instituiu o Programa Brasileiro de Biodiesel, demonstrando o esforço do Governo Federal em empreender rumo ao desenvolvimento sustentável, ou seja, balizando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A utilização dos bicomcombustíveis não vem estabelecer uma relação de substituição ao petróleo, muito menos à energia nuclear, mas sim vem como uma alternativa sustentável de matriz energética, evitando ou reduzindo os riscos da intensa exploração de recursos não-renováveis, como o petróleo.

No caso específico da utilização do óleo vegetal, com ou sem transesterificação, como combustível tem-se representada uma questão também de soberania. Segundo os dados da ANP (Agência nacional de Petróleo, Gás natural e Bicomcombustíveis) em 2010 o Brasil produziu cerca de 77%¹ do diesel consumido e importou em torno de 18%, o que custou cerca de 5,13 bilhões de dólares em divisas.

Apesar do Brasil produzir uma quantidade de petróleo maior que sua própria necessidade existem fatores limitantes para que essa auto-suficiência também seja real para os derivados, em especial o diesel. A maior parte do petróleo produzido no Brasil é de classificação “pesada”, o que torna a produção de derivados nobres como o diesel, mais cara e de rendimento menor em comparação com o petróleo de classificação leve.

Além disso a maioria das refinarias brasileiras é configurada para processar petróleo leve, pois foram construídas antes que as grandes reservas de petróleo pesado começassem a ser exploradas, nos anos 90. Assim é utilizada a mistura do petróleo nacional com o importado para poder refiná-lo.

O assunto Biodiesel refere-se a temas multidisciplinares e tem sido tratado pelo Governo Brasileiro corretamente pela articulação de vários Ministérios como o de Minas e Energia (MME); o do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dentre outras organizações públicas.

A Conab é uma empresa pública voltada para as questões agrícolas em diversas áreas, desde a formação de estoques reguladores em estrutura própria, até a utilização de instrumentos econômicos para interferência e regulação do mercado. Assim é necessário

¹ Considerando que os 6% excedentes da produção sobre as vendas ficam como estoque de passagem para o próximo ano.

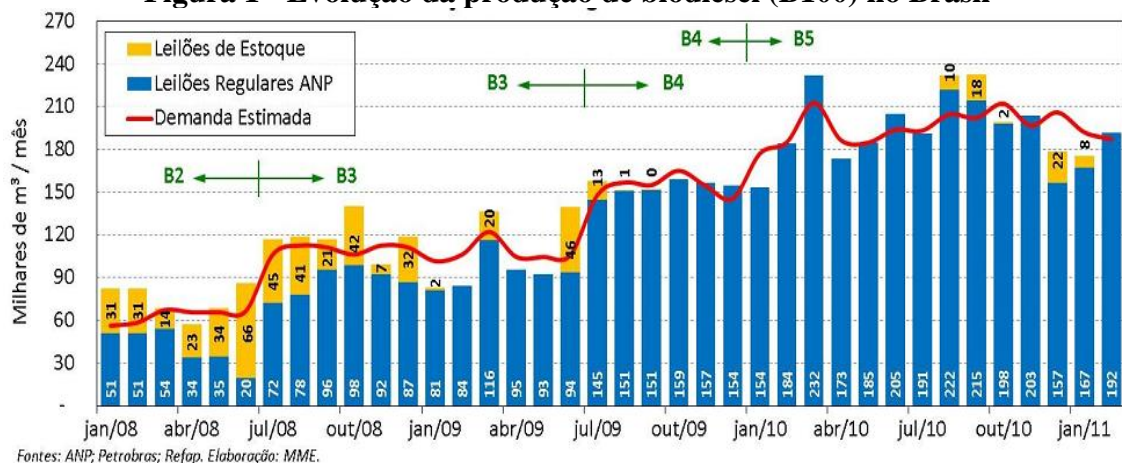
o conhecimento e o acompanhamento dos eventos econômicos para que as decisões e ações sejam tomadas corretas e tempestivamente. Nesse sentido, esta empresa iniciou, no ano de 2011, o acompanhamento sistemático do mercado de biodiesel e seus desdobramentos para as principais culturas que servem de matriz para este bicomcombustível.

A Conab passará a publicar relatórios trimestrais, após as homologações dos leilões de biodiesel, além de conjunturas mensais relacionadas às correlações entre as matrizes do bicomcombustível e as variáveis do mercado de combustíveis fósseis.

Leilões de Biodiesel

O mercado de biodiesel no Brasil foi criado em 2005, sem obrigatoriedade de mistura, que passou a ser aplicada em 2006. A partir daí a produção vem crescendo de forma a suprir toda a demanda criada pelos aumentos da obrigatoriedade da lei, que foram programados para chegar a 2013 com o total de 5% de biodiesel e 95% de diesel mineral em todo combustível que abastece motores diesel no País. Porém a reação das indústrias foi altamente positiva, aponto de suportar a antecipação dos 5% em 3 anos, ou seja, em 2010 (Figura 1).

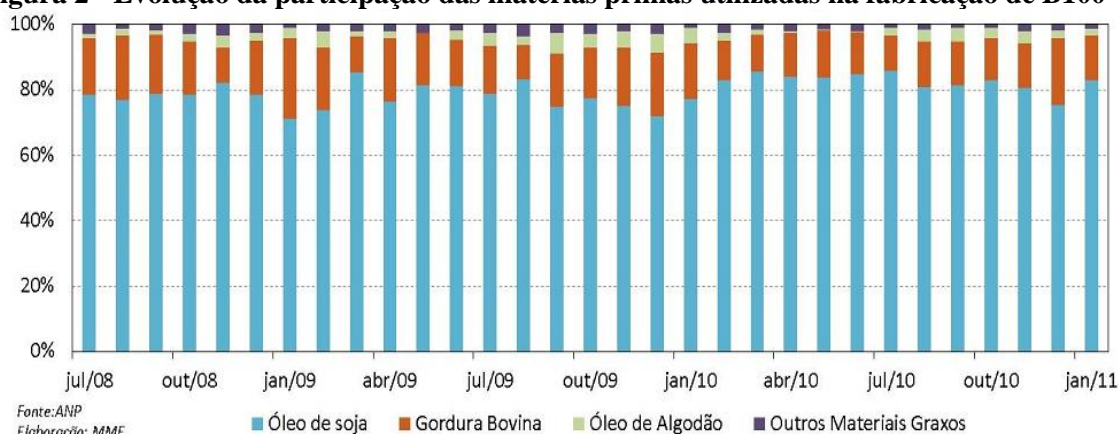
Figura 1 - Evolução da produção de biodiesel (B100) no Brasil



Os Leilões da ANP para o suprimento da obrigatoriedade da mistura no Brasil são do tipo reverso, ou seja, é estipulado um valor máximo e as empresas concorrem entre si pela venda do B100 (biodiesel puro – 100%). Arremata o lote quem vender mais barato. Esse mecanismo proporciona alto nível de controle do mercado pelo governo e tem sido importante na consolidação da cadeia do biodiesel, visto que cria uma demanda garantida e pagamento também. Assim são reduzidos consideravelmente os riscos de investimento das empresas.

O óleo de soja tem sido a principal matriz, como pode ser constatado na Figura 2. Em 2010 dos 2,35 bilhões de litros produzidos de B100, 1,93 bilhões foram produzidos a partir de óleo de soja, utilizando em torno de 9,6 milhões de toneladas do grão, ou 14% de toda a safra brasileira 2009/2010. Este volume correspondeu a 3,2 milhões de hectares, quase a metade da área do Mato Grosso (maior produtor brasileiro).

Figura 2 - Evolução da participação das matérias primas utilizadas na fabricação de B100

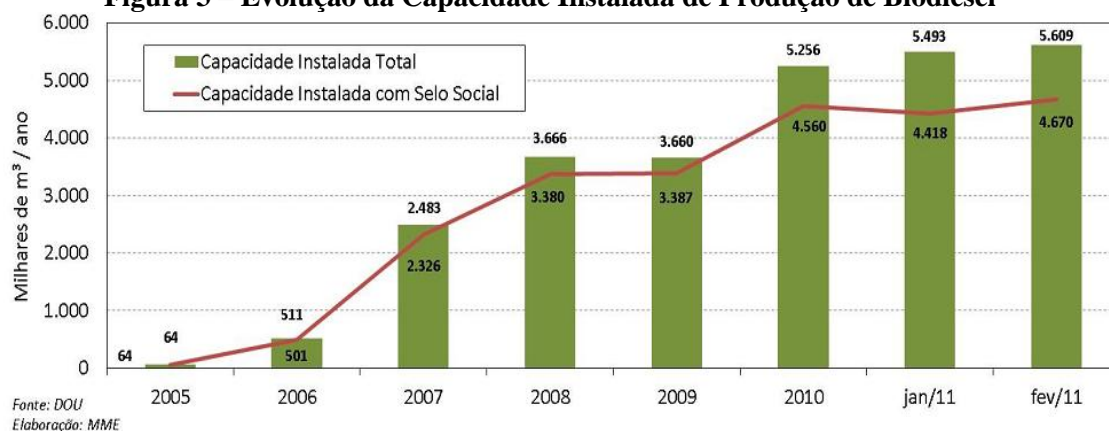


É importante ressaltar que o óleo é um “resíduo” da produção de farelo de soja, principal produto do complexo e insumo de grande importância na alimentação de criações comerciais, em última análise o farelo de soja é um fator de significativa importância no que diz respeito à alimentação humana. De modo que a utilização do óleo de soja na produção de biodiesel agrega valor à cadeia do farelo.

O aspecto social do PNPB, representado principalmente no Selo Combustível Social, tem acumulado avanços (Figura 3). A fim de trazer os produtores familiares para o grupo de beneficiados com a cadeia do biodiesel este mecanismo foi criado para estabelecer redução das alíquotas do PIS/COFINS, de acordo com percentuais diferenciados por região e direito a participação exclusiva do “lote um” nos leilões da ANP.

A partir da safra 2010/11, o limite mínimo de aquisição de matéria prima de agricultores familiares por parte da indústria é de 15% para as regiões Norte e Centro-Oeste. Para as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Semi-Árido, o limite mínimo é de 30%.

Figura 3 – Evolução da Capacidade Instalada de Produção de Biodiesel



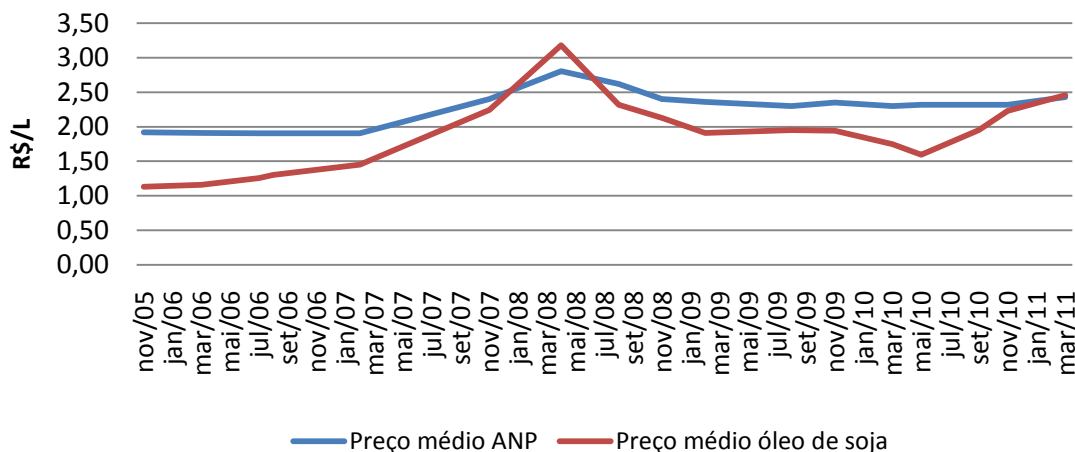
Relatório - 21º Leilão de Biodiesel

O 21º leilão de biodiesel (16 a 18/02/2011) registrou preço médio final de 2,08 R\$/litro (lotes de R\$ 2,32 de preço máximo) e 2,02 R\$/litro (lotes de R\$ 2,43 de preço máximo), com deságios médios de 10,28% e 16,59%, respectivamente. Preços que podem ser considerados baixos, quando comparados com o preço do principal insumo, o óleo de soja.

Ao todo foram negociados 660 milhões de litros, de forma a garantir a mistura B5 (5% de biodiesel misturado ao diesel fóssil) para os próximos três meses. O valor dessa transação, que envolveu 48 empresas superou a quantia de R\$ 1,35 bilhões.

Em condições normais o preço do biodiesel depende, principalmente, do preço do óleo vegetal, que representa cerca de 80% do custo de produção do biocombustível. Consequentemente o óleo de soja é o grande indicador de preços do produto, visto que em 2010 representou 82% da matéria prima de todo biodiesel produzido no Brasil. Na Figura 4 pode-se observar a forte correlação entre os preços de referência calculados pela ANP e os preços do óleo de soja e subentende-se que aquela Agência utiliza-se fortemente dessa informação para a formação dos preços dos leilões. O preço de referência é calculado pela ANP a cada leilão, para servir de referência máxima inicial para os ofertantes de biodiesel.

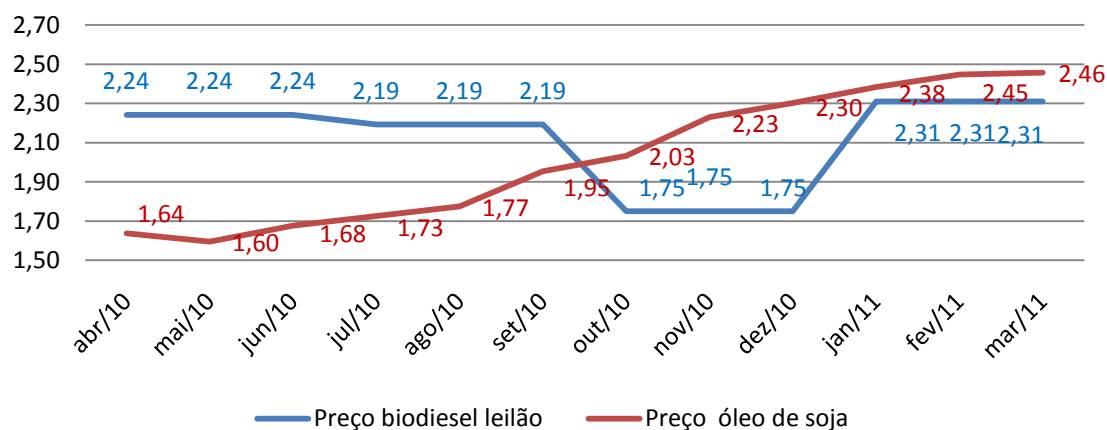
Figura 4 - Evolução dos preços de referência dos leilões de biodiesel e dos preços médios do óleo bruto de soja pago pela indústria



Fonte: Conab, ANP

Outro fator importante que pressiona o preço de venda alcançado nos leilões do bicomcombustível é o grau de competitividade da indústria de produção de biodiesel, ou seja, a capacidade de produção das plantas industriais. Este foi a causa da “distorção” das expectativas fundamentais, pois o preço de arremate dos lotes não acompanhou o crescimento dos preços do óleo de soja a partir de julho de 2010, pelo contrário; apresentaram um comportamento de queda, iniciando uma recuperação apenas no 20º leilão, que abasteceu o mercado nos meses de janeiro a março de 2011 (Figura 5).

Figura 5 - Evolução dos preços médios de biodiesel nos leilões e preços de óleo de soja pagos pela indústria



Fonte: Conab, ANP

Com o lançamento do PNB estabelecendo a obrigatoriedade de mistura e o aumento programado da proporção de biodiesel no diesel mineral, foi criado um

mercado certo e crescente. A indústria respondeu demonstrando alto nível de interesse e investiu em estrutura de produção, com o impressionante avanço que permitiu o aumento para 5% de mistura com três anos de antecedência. O alcance antecipado dessa meta não representou apenas a capacidade da indústria em atender às necessidades, mas também a vontade do Governo no crescimento da utilização dessa fonte energética, de forma que a indústria de produção do bicomcombustível continuou a expansão mostrando que o Governo, através dos marcos legais, poderia continuar com o crescimento. Porém o intenso crescimento da capacidade de produção das indústrias tem promovido um excesso de oferta, resultando na queda nos preços de venda do B100 nos leilões.

O preço do biodiesel no país é estabelecido em leilões e durante três meses é fixo, porém o preço do óleo de soja, que é uma commodity, é regulado pelo mercado. Como aconteceu com outras commodities agrícolas, ocorreu uma ascensão dos preços do óleo de soja (Figura 5), reduzindo substancialmente as margens das usinas de processamento de biodiesel.

Existem outros fatores que permitem que, mesmo com margens reduzidas, as empresas continuem a produzir biodiesel e até a expandir sua capacidade de produção, dentre eles o grande potencial de crescimento do negócio, devido a espaços nos mercados interno e externo ainda por serem ocupados.

Stelito Assis dos Reis Neto

Eng°. Agrônomo - MSc. Engenharia Agrícola

Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários (GEOLE)

Fone: 0xx61 33126249

Fax: 0xx61 33212029

e-mail: stelito.neto@conab.gov.br

Home page: www.conab.gov.br